

**Raphael Petersen**

**O SUPREMO  
TRIBUNAL FEDERAL  
NO INÍCIO DA  
PRIMEIRA REPÚBLICA**

**Entre o Direito e a Política**

Curitiba  
Juruá Editora  
2020

---

Visite nossos sites na Internet  
[www.jurua.com.br](http://www.jurua.com.br) e  
[www.editorialjurua.com](http://www.editorialjurua.com)  
e-mail: [editora@jurua.com.br](mailto:editora@jurua.com.br)

---

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Juruá Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

**ISBN: 978-85-362-9444-5**

**JURUÁ**  
EDITORA

**Brasil** – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900  
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil

**Europa** – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –  
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

**Editor:** José Ernani de Carvalho Pacheco

---

Petersen, Raphael.

P484 O Supremo Tribunal Federal no início da primeira república: entre o direito e a política./ Raphael Petersen./ Curitiba: Juruá, 2020.  
172p.

1. Supremo Tribunal Federal. 2. Direito. 3. Política.  
I. Título.

CDD 340.1 (22.ed)  
CDU 340

0120

---

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Bibliotecária: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

# SUMÁRIO

---

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	17
<b>2</b>	<b>O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA REPÚBLICA DA ESPADA (1889/1894)</b> .....	27
2.1	A CRIAÇÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL .....	31
2.1.1	O Transplante do Modelo Americano: Adaptações Conscientes e Inconscientes .....	35
2.1.2	Função Político-Institucional .....	37
2.2	A TRANSIÇÃO INSTITUCIONAL.....	39
2.2.1	A Paulatina Afirmação de Competências em Face do Poder Executivo .....	40
2.2.2	A Ausência de Instrumentos Adequados para o Controle Jurisdicional dos Atos do Poder Público .....	43
2.3	O CASO DO ESTADO DE SÍTIO DE ABRIL DE 1892: QUESTÕES POLÍTICAS E TRADIÇÃO JURÍDICA .....	47
2.3.1	Os Caminhos da Retórica de Rui Barbosa na Petição do <i>Habeas Corpus</i> 300 .....	48
2.3.2	O Reconhecimento da Incompetência do STF: o Estado de Sítio e as Medidas de Detenção e Desterro como Questões Políticas.....	53
2.3.3	A Rejeição da Explicação Exclusivamente com Base no Contexto Político: a Tradição como Chave de Leitura.....	55
2.3.4	O Significado Político-Institucional da Jurisprudência Estabelecida no <i>Habeas Corpus</i> 300 .....	58
2.4	O CASO DO NAVIO JUPITER, DE 1893: JURISDIÇÃO MILITAR E CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE.....	60
2.4.1	Os Novos Caminhos Trilhados por Rui Barbosa no <i>Habeas Corpus</i> 406 e as Razões do Governo Floriano Peixoto.....	61

2.4.2	A Inconstitucionalidade do Código Penal da Armada e a Soltura dos Prisioneiros Civis no <i>Habeas Corpus</i> 406 e 410 .....	65
2.4.3	A Manutenção da Prisão dos Militares da Marinha no <i>Habeas Corpus</i> 415 .....	68
2.4.4	A Afirmação do Controle de Constitucionalidade sem Prejuízo da Continuidade da Tradição Anterior .....	71
2.5	O APROFUNDAMENTO DA CRISE DO REGIME FLORIANISTA E A RELATIVA PARALISAÇÃO DO STF EM 1893/1894 .....	73
2.5.1	A Ampliação da Corrente Minoritária no Tema do Estado de Sítio: as Garantias Constitucionais como Limite aos Atos do Presidente da República .....	75
2.5.2	As Diferentes Concepções de Poder e os Conflitos entre Floriano Peixoto e o STF: Novamente o Caso do Navio Jupiter .....	77
<b>3</b>	<b>O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO INÍCIO DA REPÚBLICA OLIGÁRQUICA (1894/1898)</b> .....	<b>81</b>
3.1	A DELIMITAÇÃO DO ESPAÇO DE ATUAÇÃO INSTITUCIONAL DO STF .....	85
3.1.1	O Isolamento do Supremo Tribunal Federal Frente ao Contexto Político Estadual: Crimes Políticos e Recurso Extraordinário .....	86
3.1.2	A Restrição das Prerrogativas do STF Frente aos Poderes Executivo e Legislativo: Controle de Constitucionalidade e dos Atos Administrativos .....	91
3.2	A REVOLUÇÃO FEDERALISTA: O MODO DE APLICAÇÃO E A CONSTITUCIONALIDADE DA ANISTIA .....	96
3.2.1	O Modo de Aplicação da Anistia: o <i>Habeas Corpus</i> Trindade e a Limitação da Margem de Atuação do Castilhismo no Rio Grande do Sul .....	98
3.2.2	A Controvérsia em Torno da Constitucionalidade das Restrições Impostas pela Anistia aos Oficiais Militares .....	101
3.2.3	As Razões da Fazenda Nacional e o Acórdão Proferido pelo STF: o Modelo Americano à Francesa .....	105
3.2.4	O Uso de Categorias de Direito Privado na Construção do Direito Público: a Mentalidade Jurídica da Época .....	108
3.3	O ATENTADO AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DE 05.11.1897: ENTRE POLÍTICA E TRADIÇÃO JURÍDICA .....	110
3.3.1	Da Manutenção em 26 de Março ( <i>Habeas Corpus</i> 1.063) à Cassação do Desterro em 16 de Abril ( <i>Habeas Corpus</i> 1.073) ..	113

---

3.3.2	A Revisão da Jurisprudência no Tema do Estado de Sítio: a Tradição Jurídica do Aresto e a Rejeição dos Assentos com Força de Lei .....	117
3.3.3	A Suposta Parcialidade Política dos Ministros do STF .....	120
3.3.4	Da Judicialização da Política à Politização do Poder Judiciário ..	123
3.4	O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO PROCESSO ELEITORAL .....	126
3.4.1	O Recurso Eleitoral como Instrumento da Luta Política .....	128
3.4.2	A Jurisprudência do STF: a Limitação das Potencialidades do Recurso Eleitoral .....	130
<b>4</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>135</b>
4.1	O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA REPÚBLICA DA ESPANHA (1889/1894) .....	135
4.2	O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO INÍCIO DA REPÚBLICA OLIGÁRQUICA (1894/1898) .....	139
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>145</b>
	<b>ANEXOS</b> .....	<b>149</b>
	<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>159</b>